Curso Intensivo Concurso TJES

Carga horária - 124 horas

OBJETIVO: abrangência dos seguintes cargos do edital nº 1 - TJ/ES, de 9 de janeiro de 2023

a. ANALISTA JUDICIÁRIO – APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: DIREITO
b. ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: DIREITO
c. ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: EXECUÇÃO PENAL
d. ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR

PÚBLICO-ALVO: Nível superior.

MODALIDADE: HÍBRIDA

PRESENCIAL: 68 vagas

ABORDAGEM PEDAGÓGICA: Aulas expositivas de caráter participativo, Resoluções de exercícios.

CORPO DOCENTE:

Dr. Américo Bedê: Mestre em Direitos e Garantias Constitucionais Fundamentais, Doutor em Direitos Fundamentais, professor titular do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu e da graduação da Faculdade de Direito de Vitória – FDV. Ex-Promotor de Justiça/MA (aprovado em 1º lugar), ex-Procurador da Fazenda Nacional. Juiz Federal Titular em Vitoria/ES (aprovado em 1º lugar - 8º concurso do TRF da 2 região) – Professor de Constitucional.

Dr. André Guasti: Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais, professor dos programas de pós-graduação da Faculdade de Direito de Vitória – FDV e da Escola de Ensino Superior do Ministério Públic/ES; Juiz de Direito, titular da vara especializada em Execuções Penais de Colatina/ES (aprovado em 5º lugar); Ex-Juiz de Direito/AL (aprovado em 3º lugar); Ex-Defensor Público/ES (aprovado em 9º lugar); Professor de Processo Penal.

Dr. Breno Bermudes: Advogado especialista em Direito Público – Professor de Processo Penal

Dr. Caio Souto: Juiz Federal Substituto lotado em Serra/ES. Bacharel em Direito pela Faculdade de

Direito de Vitória (FDV), pós-graduado em Direito Administrativo pela Universidade Gama Filho (UGF). Mestre em Direito Processual (UFES). Juiz Formador (Curso de Formação de Formadores Níveis 1 e 2 – EMARF da 2a Região) e tutor (Curso de Formação de Tutores – ENFAM) – Professor de Processo Civil.

Dr. Cristiano Chaves Farias: Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia. Mestre em Ciências da Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica do Salvador - UCSal. Professor de Direito Civil da Faculdade Baiana de Direito e do Complexo de Ensino Renato Saraiva. Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família - IBDFAM.

Dr. Israel Jório: Advogado, doutor em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória, FDV, mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória, FDV, especialista em Direito Penal e Processual Penal pela Faculdade de Direito de Vitória, FDV, graduado em Direito pela Universidade de Vila Velha, UVV, áreas de Pesquisa, direitos Fundamentais, Direito Penal, Direito Processual Penal, Criminologia Crítica, Política Criminal.- Professor de Direito Penal (Parte Especial).

Dr. Rainaldo Oliveira: Advogado, Mestre na área de concentração de relações privadas e constituição, professor universitário e professor em cursos preparatórios para concurso público – Professor de Direito Administrativo e Direito Civil.

Dr. Vinicius Doná: Juiz de Direito do TJES, foi Juiz de Direito do TJPR, foi Defensor Público no ES, professor universitário e de cursos preparatórios para concursos jurídicos, especialista em Direito Judiciário – Direito Penal (Parte Geral)

Dr. Lanussy Pimentel de Rezende: Diretor de Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo. Servidor Público Estadual concursado. Pós - Graduado em Direito Civil e Direito Processual Civil pela Universidade Gama Filho. Pós - Graduado pela Escola da Magistratura do Estado do Espírito Santo – EMES. Professor de Curso de Pós-Graduação. Professor de Direito Processual Civil, Direito Administrativo e de Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, na Escola da Magistratura do Estado do Espírito Santo - EMES – SERVIDOR. Professor de Cursinho Preparatório para Concurso a mais de 12 anos. Palestrante nas áreas de Direito Processual Civil, Direito Administrativo e Regimento Interno do Tribunal de Justiça.

Thais de Souza Mathias: Graduação em letras e pedagogia, pós-graduada em Psicopedagoga – Professora de Língua Portuguesa.

Thiago Bettero Netto Vilela: Bacharel em Matemática, Licenciado em matemática, Professor de engenharia da faculdade Multivix, Fundador da plataforma professor gabarito, Fundador da

plataforma professor gabarito - Professor de Informática.

DATAS E HORÁRIOS: Mês de Janeiro, fevereiro e março, conforme calendário abaixo.

LOCAL DE REALIZAÇÃO DO CURSO:

Presencial: Auditório da Esmages – Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 955, salas 510-512, Ed. Global Tower, Enseada do Suá, Vitória-ES.

Online: Plataforma Zoom.

INFORMAÇÕES: Através do endereço eletrônico http://esmages.amages.org.br/cursos-esmages ou telefones (27) 3345-9707 ou (27) 99985-5581 whatsapp.

INSCRIÇÃO: 20 de janeiro 26 de janeiro de 2023.

INVESTIMENTO: R$ 1.000,00 (Um mil reais) *

***condições de pagamento: à vista (em espécie ou pix), 50% do valor no ato da matrícula e 50% no dia 27/02.**

As solicitações de inscrições efetuadas somente serão efetivadas após a comprovação de pagamento por e-mail ou whatsApp.

DADOS PARA PAGAMENTO:

Favor fazer PIX utilizando os dados da conta:
Razão Social: Associação dos Magistrados
Banco Banestes
tipo de conta: corrente
agência: 0271
conta: 1278332
CNPJ 270536850001-90

Obs.: A chave pix não é o CNPJ

PARA MATRÍCULA, DEVERÃO SER ATENDIDAS AS SEGUINTES EXIGENCIAS:

I – Apresentar requerimento de matrícula, devidamente assinado pelo candidato, disponível no endereço eletrônico http://esmages.amages.org.br

CRONOGRAMA DAS AULAS:

JANEIRO

DIA 27/01 - sexta-feira - 18h as 22h

DIA 28/01 – Sábado – 08 às 17h

DIA 29/01 – Domingo – 08 às 11h

FEVEREIRO

DIA 03/02 - sexta-feira - 18h as 22h

DIA 04/02 – Sábado – 08 às 17h

DIA 05/02 – Domingo – 08 às 11h

DIA 10/02 - sexta-feira - 18h as 22h

DIA 11/02 – Sábado – 08 às 17h

DIA 12/02 – Domingo – 08 às 11h

DIA 17/02 - sexta-feira - 18h as 22h

DIA 18/02 – Sábado – 08 às 17h

DIA 19/02 – Domingo – 08 às 11h

DIA 24/02 - sexta-feira - 18h as 22h

DIA 25/02 – Sábado – 08 às 17h

DIA 26/02 – Domingo – 08 às 11h

MARÇO

DIA 03/03 - sexta-feira - 18h as 22h

DIA 04/03 – Sábado – 08 às 17h

DIA 05/03 – Domingo – 08 às 11h

DIA 10/03 - sexta-feira - 18h as 22h

DIA 11/03 – Sábado – 08 às 17h

DIA 12/02 – Domingo – 08 às 11h

DIA 17/03 - sexta-feira - 18h as 22h

DIA 18/03 – Sábado – 08 às 17h

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO –

DIREITO ADMINISTRATIVO - 1 Estado, governo e administração pública. 1.1 Conceitos. 2

Direito administrativo. 2.1 Conceito. 2.2 Objeto. 2.3 Fontes. 3 Ato administrativo. 3.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. 3.2 Extinção do ato administrativo. 3.2.1 Cassação, anulação, revogação e convalidação. 3.3 Decadência administrativa. 4 Agentes públicos. 4.1 Conceito. 4.2 Espécies. 4.3 Cargo, emprego e função pública. 4.3.1 Provimento. 4.3.2 Vacância. 4.3.3 Efetividade, estabilidade e vitaliciedade. 4.4 Remuneração. 4.5 Direitos e deveres. 4.6 Responsabilidade. 4.7 Processo administrativo disciplinar. 4.8 Disposições constitucionais aplicáveis. 5 Poderes da administração pública. 5.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. 5.2 Uso e abuso de poder. 6 Regime jurídico-administrativo. 6.1 Conceito. 6.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública. 7 Responsabilidade civil do Estado. 7.1 Evolução histórica. 7.2 Responsabilidade por ato comissivo do Estado. 7.3 Responsabilidade por omissão do Estado. 7.4 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. 7.5 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. 7.6 Reparação do dano. 7.7 Direito de regresso. 8 Serviços públicos. 8.1 Conceito. 8.2 Elementos constitutivos. 8.3 Formas de prestação e meios de execução. 8.4 Delegação. 8.4.1 Concessão, permissão e autorização. 8.5 Classificação. 8.6 Princípios. 9 Organização administrativa. 9.1 Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. 9.2 Entidades paraestatais e terceiro setor. 9.2.1 Serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público. 10 Controle da administração pública. 10.1 Controle exercido pela administração pública. 10.2 Controle judicial. 10.3 Controle legislativo. 10.4 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações (improbidade administrativa). 11 Lei nº 9.784/1999 e suas alterações (processo administrativo). 12 Licitações e contratos administrativos. 12.1 Lei nº 8.666/1993 e suas alterações. 12.2 Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

DIREITO CONSTITUCIONAL - 1 Aplicabilidade das normas constitucionais. 1.1 Normas de eficácia plena, contida e limitada. 1.2 Normas programáticas. 2 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 2.1 Princípios fundamentais. 2.2 Direitos e garantias fundamentais. 2.2.1 Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. 2.2.2 Dos Direitos Sociais. 2.2.3 Da Nacionalidade. 2.2.4 Dos Direitos Políticos. 2.2.5 Dos Partidos Políticos. 2.3 Organização político-administrativa do Estado. 2.3.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios. 2.4 Poder Legislativo. 2.4.1 Do Congresso Nacional e suas Atribuições. 2.4.2 Da Câmara dos Deputados e dos Deputados. 2.4.3 Do Senado Federal e dos Senadores. 2.4.4 Das Reuniões e das Comissões. 2.4.5 Do Processo Legislativo. 2.4.6 Da Fiscalização Contábil,

Financeira e Orçamentária. 2.5 Poder Executivo. 2.5.1 Do Presidente e do Vice-Presidente da República. 2.5.2 Das Atribuições e Responsabilidades do Presidente da República. 2.5.3 Da Responsabilidade do Presidente da República. 2.5.4 Dos Ministros de Estado. 2.5.5 Do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional. 2.6 Poder Judiciário. 2.6.1 Disposições gerais. 2.6.2 Órgãos do poder Judiciário. 2.6.2.1 Organização e competências, Conselho Nacional de Justiça. 2.7 Funções essenciais à justiça. 2.7.1 Ministério Público, Advocacia Pública e Defensoria Pública.

DIREITO CIVIL - 1 Lei de introdução às normas do direito brasileiro. 1.1 Vigência, aplicação, obrigatoriedade, interpretação e integração das leis. 1.2 Conflito das leis no tempo. 1.3 Eficácia das leis no espaço. 2 Pessoas naturais. 2.1 Conceito. 2.2 Início da pessoa natural. 2.3 Personalidade. 2.4 Capacidade. 2.5 Direitos da personalidade. 2.6 Nome civil. 2.7 Estado civil. 2.8 Domicílio. 2.9 Ausência. 3 Pessoas jurídicas. 3.1 Disposições Gerais. 3.2 Conceito e Elementos Caracterizadores. 3.3 Constituição. 3.4 Extinção. 3.5 Capacidade e direitos da personalidade. 3.6 Sociedades de fato. 3.7 Associações. 3.8 Sociedades. 3.9 Fundações. 3.10 Grupos despersonalizados. 3.11 Desconsideração da personalidade jurídica. 3.12 Responsabilidade da pessoa jurídica e dos sócios. 4 Bens. 4.1 Diferentes classes. 4.2 Bens Corpóreos e incorpóreos. 4.3 Bens no comércio e fora do comércio. 5 Fato jurídico. 6 Negócio jurídico. 6.1 Disposições gerais. 6.2 Classificação e interpretação. 6.3 Elementos. 6.4 Representação. 6.5 Condição, termo e encargo. 6.6 Defeitos do negócio jurídico. 6.7 Existência, eficácia, validade, invalidade e nulidade do negócio jurídico. 6.8 Simulação. 7 Atos jurídicos lícitos e ilícitos. 8 Prescrição e decadência. 9 Prova do fato jurídico. 10 Contratos. 10.1 Princípios. 10.2 Classificação. 10.3 Contratos em geral. 10.4 Disposições gerais. 10.5 Interpretação. 10.6 Extinção. 10.7 Espécies de contratos regulados no Código Civil.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - 1 Lei nº 13.105/2015 e suas alterações (Código de Processo Civil). 2 Normas processuais civis. 3 A jurisdição. 4 A Ação. 4.1 Conceito, natureza, elementos e características. 4.2 Condições da ação. 4.3 Classificação. 5 Pressupostos processuais. 6 Preclusão. 7 Sujeitos do processo. 7.1 Capacidade processual e postulatória. 7.2 Deveres das partes e procuradores. 7.3 Procuradores. 7.4 Sucessão das partes e dos procuradores. 7.5 Litisconsórcio. 8 Intervenção de terceiros. 9 Poderes, deveres e responsabilidade do juiz. 10 Ministério Público. 11 Advocacia Pública. 12 Defensoria Pública. 13 Atos processuais. 13.1 Forma dos atos. 13.2 Tempo e lugar. 13.3 Prazos. 13.4 Comunicação dos atos processuais. 13.5 Nulidades. 13.6 Distribuição e

registro. 13.7 Valor da causa. 14 Tutela provisória. 14.1 Tutela de urgência. 14.2 Disposições gerais. 15 Formação, suspensão e extinção do processo. 16 Processo de conhecimento e do cumprimento de sentença. 16.1 Procedimento comum. 16.2 Disposições Gerais. 16.3 Petição inicial. 16.4 Improcedência liminar do pedido. 16.5 Contestação, reconvenção e revelia. 16.6 Providências preliminares e de saneamento. 16.7 Julgamento conforme o estado do processo. 16.8 Provas. 16.9 Sentença e coisa julgada. 16.10 Cumprimento da sentença. 16.11 Disposições Gerais. 16.12 Cumprimento. 16.13 Liquidação. 17 Processos de execução. 18 Processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais. 19 Disposições finais e transitórias. 20 Mandado de segurança. 21 Ação popular. 22 Ação civil pública. 23 Ação de improbidade administrativa. 24 Súmulas do STF e do STJ. 25 Teoria Geral dos Recursos. Recursos em espécie. 26 Lei nº 9.099/1995 e suas alterações e Lei nº 10.259/2001 e suas alterações (juizados especiais cíveis e criminais). 27 Lei nº 13.140/2015 (dispõe sobre mediação). 28 Lei nº 8.328/2015 (dispõe sobre o Regimento de Custas e outras despesas processuais).

DIREITO PENAL - 1 Princípios aplicáveis ao Direito Penal. 2 Aplicação da lei penal. 2.1 A lei penal no tempo e no espaço. 2.2 Tempo e lugar do crime. 2.3 Interpretação da lei penal. 2.4 Analogia. 2.5 Irretroatividade da lei penal. 2.6 Conflito aparente de normas penais. 3 Ilicitude. 4 Culpabilidade. 5 Concurso de Pessoas. 6 Penas. 6.1 Espécies de penas. 6.2 Cominação das penas. 7 Ação penal. 8 Punibilidade e causas de extinção. 9 Prescrição. 10 Crimes contra a fé pública. 11 Crimes contra a Administração Pública. 12 Lei nº 4.898/1965, e suas alterações (abuso de autoridade). 13 Lei nº 9.613/1998 e suas alterações (Lavagem de dinheiro). 14 Disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal. 15 Crimes e sanções penais na licitação (Leis nº 8.666/1993 e nº 14.133/2021 e suas alterações). 16 Crimes de responsabilidade fiscal (Lei nº 10.028/2000). 17 Súmulas do STF e do STJ.

DIREITO PROCESSUAL PENAL - 1 Processo penal brasileiro; processo penal constitucional. 2 Sistemas e princípios fundamentais. 3 Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. 3.1 Disposições preliminares do Código de Processo Penal. 4 Fase pré-processual. 4.1 Inquérito policial. 5 Processo, procedimento e relação jurídica processual. 5.1 Elementos identificadores da relação processual. 5.2 Formas do procedimento. 5.3 Princípios gerais e informadores do processo. 5.4 Pretensão punitiva. 5.5 Tipos de processo penal. 6 Ação penal. 7

Ação civil Ex Delicto. 8 Jurisdição e competência. 9 Questões e processos incidentes. 10 Prova. 11 Do Juiz, do Ministério Público, Do Acusado e Defensor, Dos Assistentes e Auxiliares da Justiça. 12 Prisão, medidas cautelares, e liberdade provisória e prisão temporária (Lei nº 7.960/1989 e suas alterações). 13 Citações e intimações. 14 Atos processuais e atos judiciais. 15 Do processo comum. 15.1 Da Instrução criminal. 15.2 Do procedimento relativo aos processos da competência do tribunal do júri. 15.2.1 Da acusação e da instrução preliminar. 15.2.2 Da pronúncia, da impronúncia e da absolvição sumária. 15.2.3 Da preparação do processo para julgamento em plenário. 15.2.4 Do alistamento dos jurados. 15.2.5 Do desaforamento. 15.2.6 Da organização da pauta. 15.2.7 Do sorteio e da convocação dos jurados. 15.2.8 Da função do jurado. 15.2.9 Da composição do tribunal do júri e da formação do conselho de sentença. 15.2.10 Da reunião e das sessões do tribunal do júri. 15.2.11 Da instrução em plenário. 15.2.12 Dos debates. 15.2.13 Do questionário e sua votação 15.2.14 Da sentença. 15.2.15 Da ata dos trabalhos. 15.2.16 Das atribuições do presidente do tribunal do júri. 15.3 Do processo e do julgamento dos crimes da competência do juiz singular. 16 Dos processos especiais. 16.1 Do processo e do julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. 16.2 Do processo e do julgamento dos crimes de calúnia e injúria, de competência do juiz singular. 16.3 Do processo e do julgamento dos crimes contra a propriedade imaterial. 16.4 Do processo sumário. 16.5 Do processo de restauração de autos extraviados ou destruídos. 16.6 Do processo de aplicação de medida de segurança por fato não criminoso. 17 Lei nº 8.038/1990 – normas procedimentais para os processos perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF). 18 Lei nº 9.099/1995 e suas alterações e Lei nº 10.259/2001 e suas alterações (juizados especiais cíveis e criminais). 19 Prazos. 19.1 características, princípios e contagem. 20 Nulidades. 21 Recursos em geral. 22 Habeas corpus e seu processo. 23 Normas processuais da Lei nº 7.210/1984 e suas alterações (execução penal). 24 Relações jurisdicionais com autoridade estrangeira. 25 Disposições gerais do Código de Processo Penal.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA - 1 Noções de sistema operacional Windows). 2 Edição de textos, planilhas e apresentações (ambientes Microsoft Office). 3 Redes de computadores. 3.1 Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet e intranet. 3.2 Sítios de busca e pesquisa na Internet. 4 Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas. 5 Segurança da informação. 5.1 Procedimentos de segurança. 5.2 Noções de vírus, worms e pragas virtuais. 5.3 Engenharia social, phishing, smishing e outros golpes 5.4 Procedimentos de backup. 5.5 Armazenamento de dados na nuvem (cloud storage).

LINGUA PORTUGUESA – 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. 2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais. 3 Domínio da ortografia oficial. 4 Domínio dos mecanismos de coesão textual. 4.1 Emprego de elementos de referenciação, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual. 4.2 Emprego de tempos e modos verbais. 5 Domínio da estrutura morfossintática do período. 5.1 Emprego das classes de palavras. 5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. 5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. 5.4 Emprego dos sinais de pontuação. 5.5 Concordância verbal e nominal. 5.6 Regência verbal e nominal. 5.7 Emprego do sinal indicativo de crase. 5.8 Colocação dos pronomes átonos. 6 Reescrita de frases e parágrafos do texto. 6.1 Significação das palavras. 6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto. 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto. 6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.

LEGISLAÇÃO LOCAL - 1 Constituição do Estado do Espírito Santo. 1.1 Da Administração Pública. 1.2 Do Poder Judiciário. 2 Lei de Organização Judiciária do Estado do Espírito Santo (Lei Complementar Estadual nº 234/02, com as alterações supervenientes). 2.1 Da Divisão e Organização Judiciária do Estado do Espírito Santo. 2.2 Do Tribunal de Justiça. 2.3. Da Justiça de 1ª Instância. 3 Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado do Espírito Santo (Lei Complementar Estadual nº 46/94, com as alterações supervenientes). 3.1 Das Disposições Preliminares. 3.2. Dos Direitos e Vantagens. 3.3 Do Regime Disciplinar. 4 Plano de Carreiras e de Vencimentos dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (Lei Estadual 7.854/04, com as alterações supervenientes, inclusive as implementadas pela Lei Estadual nº 9.497/10). 4.1 Das Disposições Preliminares. 4.2 Da Estrutura do Plano de Carreiras e de Vencimentos. 4.3 Do Vencimento e da Remuneração. 5. Lei de Reestruturação e Modernização da Estrutura Organizacional Administrativa do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (Lei Complementar Estadual nº 566/10). 6 Lei Complementar Estadual nº 567/10 e alterações posteriores. 7 Lei Complementar Estadual nº 577/11 e alterações posteriores. 8 Lei Complementar Estadual nº 590/11 e alterações posteriores. 9 Lei Complementar Estadual nº 598/11 e alterações posteriores. 10 Lei Complementar Estadual nº 624/12 e alterações posteriores. 11 Leis Estaduais nº 10.260/14 e 10.278/14 e alterações posteriores. 12 Regimento Interno do Tribunal de Justiça do

Estado do Espírito Santo (TJ/ES).

COORDENAÇÃO: ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESPÍRITO SANTO - ESMAGES